

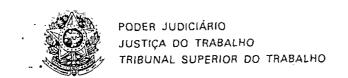
A C Ó R D Ã O (Ac. SDC) AFR/SL/msg

> ADMISSÃO PREFERENCIAL DE EMPREGADOS SINDICALIZADOS - A cláusula encontra-se em desarmonia com o principio constitucional da liberdade de sindicalização (CF/88, art. 8°, V). Os termos nela pactuados refogem ao escopo do instrumento normativo, porquanto, além de não tratarem de condição de trabalho visam, tão-somente, compelir a categoria profissional à sindicalização; tanto pela parte onde é estabelecida a preferência na contratação de mão-de-obra do trabalhador sindicalizado sobre os demais, quanto pela outra que institui a obri-! qação da empresa "propugnar" pela sindicalização daqueles empregados que não: optaram pela sua adesão aos quadros! sociais do Sindicato profissional.

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Recurso Ordinário em Ação Anulatória nº TST-ROAA-384350/97.1, em que é Recorrente MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO DA TERCEIRA REGIÃO e Recorridos SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS GRÁFICAS DE JUIZ DE FORA e SINDICATO DAS INDÚSTRIAS GRÁFICAS DE JUIZ DE FORA/MG.

Cuida-se de ação anulatória ajuizada pelo Ministério Público do Trabalho contra o Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Gráficas de Juiz de Fora/MG e Sindicato das Indústrias Gráficas de Juiz de Fora/MG, objetivando anular as Cláusulas 27ª - Contribuição Confederativa, 50ª - Admissão Empregados Sindicalizados, 53ª - Contribuição Sindicato da Categoria, contidas na Convenção Coletiva celebrada pelos ora Réus, em 20/08/96, registrada e arquivada na SDZ/Juiz de Fora/DRT/MG, sob o número 038/96.

O egrégio Tribunal Regional do Trabalho da Terceira Região, pelo v. Acórdão de fls. 122/129, acolheu a preliminar de ilegitimidade ativa parcial do d. Ministério Público do Trabalho e extinguiu o processo, sem julgamento do mérito, na forma do inciso VI do artigo 267 do CPC, no tocante ao pedido de declaração de nulidade da Cláusula 53ª; no mérito, julgou improcedente a ação anulatória.



O Ministério Público do Trabalho, inconformado com essa decisão, recorre ordinariamente, alinhando as suas razões na peça de fls. 134/141.

O recurso foi recebido pelo despacho de fls. 142 e contra-arrazoado às fls. 144/150, pelo Sindicato das Indústrias Gráficas de Juíz de Fora/MG.

Os autos deixaram de ser remetidos à d. Procuradoria-Geral do Trabalho, tendo em vista o teor do art.113,II, do RI/TST e o fato de que a Instituição é a própria Recorrente.

É o relatório.

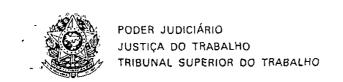
VOTO

Conheço do recurso, que preenche os requisitos para a sua admissibilidade.

I - DA ILEGITIMIDADE ATIVA DO AUTOR

O egr. Tribunal Regional do Trabalho da Terceíra Região acolheu a preliminar de ilegitimidade ativa do Ministério Público do Trabalho, extinguindo o processo, sem julgamento do mérito, quanto ao pedido de nulidade da Cláusula 53ª - que institui uma contribuição sindical patronal.

A pacífica jurisprudência desta Seção Normativa reconhece que a legitimidade ativa do Ministério Público do Trabalho para propor a presente ação é plena, não pairando qualquer divergência a respeito da matéria. Indiscutivelmente compete ao Ministério Público do Trabalho, por força da legislação aplicável (art. 127 da Constituição da República e art. 83, IV, da Lei Complementar nº 75/93), no exercício de suas funções institucionais, zelar pela ordem jurídica, pelo regime democrático, pelos interesses sociais e individuais indisponíveis, ajuizando, quando for pertinente, ação anulatória contra cláusula de contrato, acordo e convenção coletiva que afronte disposições legais. Por outro lado, se o ora Recorrente tem legitimidade para recorrer, ordinariamente, de acordo homologado por esta Justiça (Lei 7701/88, art. 7°, § 5°), independentemente de seu conteúdo, evidentemente ele a tem também para postular a nulidade de qualquer dispositivo que faça parte dos instrumentos já mencionados.



Dessa forma, **dou provimento** ao recurso para afastar a ilegitimidade do Ministério Público do Trabalho, passando, nos termos da orientação atual desta Seção de Dissídios Coletivos, à apreciação meritória do pedido.

II - CONTRIBUIÇÃO CONFEDERATIVA

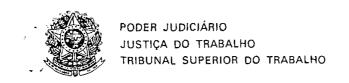
"CLÁUSULA 27° - CONTRIBUIÇÃO CONFEDERATIVA - A empresas descontarão de cada um de seus empregados, sindicalizados, a importância de 2%, e dos não sindicalizados a importância de 10% de cada um, no salário do mês de setembro de 1996, à título de Contribuição Confederativa, importâncias estas que deverão ser depositadas a favor do SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS GRÁFICAS DE JUIZ DE FORA, na conta nº 600.011-8, existente em seu nome na CAIXA ECONÔMICA FEDERAL de Juiz de Fora, para serem aplicadas em favor da categoria profissional.

PARAGRAFO PRIMEIRO - Os descontos previstos nesta cláusula, deverão ser recolhidos em nome da Entidade ora beneficiada no máximo até o dia 15 de outubro de 1996.

PARAGRAFO SEGUNDO - As empresas deverão comprovar os depósitos acima mencionados perante o referido órgão Sindical, à rua Santa Rita nº 454, sala 201, 1º andar, mediante xerox de recibos e com a relação nominal dos empregados, até no máximo o dia 30/10/96 e, em caso de atraso por omissão do referido recolhimento, incidirá uma multa de 5% ao mês sobre o valor a ser recolhido." (fls. 11/12)

A contribuição para o custeio do sistema confederativo da representação sindical respectiva, no entendimento prevalente da egr. Seção Normativa desta Corte, é matéria estranha ao bojo do acordo e da convenção coletiva e a sua inclusão nesses instrumentos contraria o disposto no art. 611 da Consolidação das Leis do Trabalho, uma vez que apenas cria obrigação entre a empresa e a representação profissional e não entre empregador e empregado. Por outro lado, conforme a: atual jurisprudência do col. Supremo Tribunal Federal, a contribuição em questão, por ser despida de caráter tributário, não pode ser imposta aos não-filiados da representação sindical (STF - RE-171.622-3, Ac.: la Turma, Rel. Min. Ilmar Galvão, DJU 12/09/97). Desta forma, o dispositivo normativo encontra-se em desarmonia com o princípio constitucional da liberdade de associação, na medida em que engloba indistintamente toda a categoria representada pelo Sindicato celebrante, impossibilitando, portanto, a sua exigibilidade nos termos que: instituído.

Como agravante observa-se que, no presente caso, a cláusula pactuada, além de impor indevidamente uma contribuição



àqueles empregados não-sindicalizados, ainda os penaliza, com uma quantia cinco vezes maior do que a descontada dos seus colegas sindicalizados.

Ante todo o exposto, **dou provimento** ao recurso, para declarar a nulidade da Cláusula 27ª - Contribuição Confederativa.

III - ADMISSÃO PREFERENCIAL DE EMPREGADOS

SINDICALIZADOS

"CLÁUSULA 50ª - ADMISSÃO EMPREGADOS SINDICALIZADOS - As empresas se comprometem a admitir, de preferência, empregados sindicalizados bem como propugnar pela sindicalização de seus atuais empregados, ainda não pertencem ao órgão representativo da classe." (fls. 14)

Novamente verifica-se a estipulação de cláusula que víola o princípio constitucional da liberdade de sindicalização (CF/88, art. 8°, V). Os termos nela pactuados refogem ao escopo do instrumento normativo, porquanto, além de não tratarem de condições de trabalho, visam, tão-somente, compelir a categoria profissional à sindicalização; tanto pela parte onde é estabelecida a preferência, na contratação de mão-de-obra do trabalhador sindicalizado sobre os demais, quanto pela outra, que institui a obrigação da empresa "propugnar" pela sindicalização daqueles empregados que não optaram pela sua adesão aos quadros sociais do Sindicato profissional.

Dou provimento ao recurso, para declarar a nulidade da Cláusula 50ª - Admissão Empregados Sindicalizados.

IV - CONTRIBUIÇÃO PATRONAL

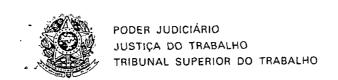
"CLÁUSULA 53ª - CONTRIBUIÇÃO SINDICATO DA CATEGORIA - As empresas gráficas de Juiz de Fora, sindicalizadas ou não, contribuirão para o Sindicato da Categoria Econômica, com uma importância de acordo com a tabela abaixo, mediante guia entregue pelo mesmo Sindicato e recolhida na sua conta de número 9582-6 do Banco do Brasil - Agência 0024-8 de Juiz de Fora, até 15 de setembro de 1996, impreterivelmente:

Categoria I - R\$ 83,00 Categoria II - R\$ 164,00 Categoria III - R\$ 331,00 Categoria IV - R\$ 497,00

PARÁGRAFO 1° - Na falta de pagamento até o prazo estabelecido acima, o Sindicato das Indústrias Gráficas de Juiz de Fora está autorizado a cobrar juros de mora e encargos financeiros de 5% ao mês." (fls. 15)

A obrigação da contribuição aos estabelecimentos não associados ao Sindicato, além de também violar o princípio

K:\ACORDAO\SDC\RO384350.SAM

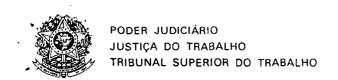


constitucional da liberdade de associação (CF/88, art. 8°, V), considerando que a liberdade protegida pelo texto constitucional é a liberdade sindical ampla, tanto de empregados quanto a de empregadores, contraria o art. 149, também da Constituição da República, tendo em vista competir exclusivamente à União instituir contribuições sociais de interesse das categorias profissionais e econômicas.

Tem-se, ainda, que a matéria é imprópria para constar em convenção coletiva, porquanto afeta exclusivamente o interesse das entidades sindicais, não estando incluídas nas que fazem parte das relações entre trabalhadores e empregadores, contrariando o preceituado no art. 611 consolidado.

Dou provimento ao recurso, para anular a Cláusula 53ª
 Contribuição Sindicato da Categoria.

Custas, pelos Réus, no importe de R\$ 500,00 (quinhentos reais), calculadas sobre o valor de R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais), atribuído à causa para esse fim, em face da inversão do ônus da sucumbência.



ISTO POSTO

ACORDAM os Ministros da Seção Especializada em Dissídios Coletivos do Tribunal Superior do Trabalho, por unanimidade, dar provimento ao recurso para declarar a legitimidade do Ministério Público do Trabalho para o pedido de nulidade da cláusula 53 e, julgando procedente a ação, declarar a nulidade das cláusulas 27, 50 e 53 da convenção coletiva celebrada pelos réus, relativos a contribuição confederativa, admissão de empregados sindicalizados e contribuição das empresas para o sindicato da categoria, ressalvado o entendimento pessoal do Exmo. Ministro Moacyr Roberto. Custas de R\$ 500,00 (quinhentos reais), calculadas sobre o valor de R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais), a serem pagas pelos réus, em face da inversão do ônus da sucumbência.

Brasília, 23 de março de 1998.

ORIGINAL
ASSINADO
ALMIR PAZZIANOTTO PINTO

Corregedor-Geral da Justiça do Trabalho

no exercício da Presidência

ANTONIO FABIO RIBEIRO

ORIGINAL
ASSIMADO

Subprocurador-Geral do Trabalho

Ciente: